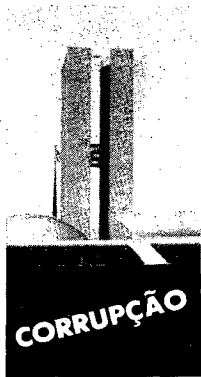


# Goldman leva ao PMDB proposta de redução da imunidade parlamentar



A imunidade parlamentar, que hoje dificulta os processos judiciais contra membros do Congresso, deverá ser colocada em xeque, se a revisão constitucional for realizada. O ministro dos Trans-

portes, Alberto Goldman, já propôs ao presidente do PMDB, deputado Luiz Henrique, que o partido apresente proposta para limitar a imunidade. Uma das alterações que ele sugere no texto da Constituição é o fim da autorização do Congresso para que o Supremo Tribunal Federal processe parlamentares.

dobramentos das investigações da CPI do Orçamento, em processos do STF. Para o ministro, "hoje não há imunidade, mas uma total impunidade", porque o Congresso acumula dezenas de pedidos do Supremo e os julga com lentidão. O presidente Itamar Franco disse a ele que concorda com a proposta, mas que acha que este é um assunto do Legislativo.

Pela proposta de Alberto Goldman, o Congresso não terá mais a atribuição de julgar pedidos de processos contra parlamentares, mas poderá votar a suspensão destes, se achar que não há motivos. No caso de decretação de prisão de deputados ou senadores, a Câmara ou Senado teriam 30 dias para se manifestar. Se esta manifestação não ocorrer, a licença estaria automaticamente concedida. O ministro também defende que os parlamentares sejam obrigados a prestar de-

poimentos, quando forem testemunhas de processos. Hoje, é facultativo.

Se a revisão constitucional não ocorrer, o próprio ministro admite que será muito complicado aprovar uma emenda constitucional, porque esta exige a aprovação por três quintos dos parlamentares em duas votações tanto na Câmara quanto no Senado. Goldman acha que este deveria ser o primeiro item de pauta da revisão.

Segundo o ministro, a executiva do PMDB vai avaliar a sua sugestão. Ele acha natural que o partido tenha vários representantes citados por envolvimento no escândalo do Orçamento, porque também tem o maior número de parlamentares. No caso específico da CPI, ele acredita que, sem esta modificação na Constituição, será criado um círculo vicioso.